

6 de Julho 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 216
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Anavi alerta para falta de ovos em Dezembro

O país corre o risco de registar ruptura no fornecimento de ovos em Dezembro. O alerta é da vice-presidente da Anavi, Maria José, que explica a previsão com a falta de matéria-prima, face às dificuldades de aquisição de divisas, e com a “excessiva burocracia” no acesso às medidas de alívio ao empresariado, determinadas pelo Governo, por força da pandemia. Pág. 6



REVELAÇÕES DE ISABEL DOS SANTOS EM EXCLUSIVO

Estado português nacionalizou Efacec quando a empresa já estava quase vendida

EXCLUSIVO. Empresária acusa Estado português de avançar com uma “nacionalização forçada”, explicada por “vontade política”. Isabel dos Santos justifica-se que a empresa já estava praticamente vendida, tendo recebido, por exemplo, uma proposta de 173 milhões de euros, oferecida pelos mesmos clientes que negociam agora com o governo luso.

Pág. 10

COM A SAÍDA DA SONANGOL

Cosal vai exercer direito de preferência no Caixa Angola

PRIVATIZAÇÃO. Fonte do grupo controlado por Jaime Freitas avança que o empresário pretende ficar com a parte da Sonangol no banco, em que já detém 12%. Pág. 11



ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE

Sindicatos exigem revogação da Lei de Requisição Civil

Pág. 12



FERNANDO HEITOR, ECONOMISTA

“João Lourenço apertou a corda no pescoço do povo angolano”

Págs. 4 a 6

AS CONTRADIÇÕES DO PRESIDENTE

Há um rastilho de contradições e equívocos que fazem marca no discurso de João Lourenço sobre o combate à corrupção. O último, mais uma vez, foi confirmativo.

Começemos pelas contradições. Na última terça-feira, o presidente do MPLA afirmou que o seu partido não pode passar mensagens erradas à sociedade quanto ao combate à corrupção. E proibiu os seus militantes de tomarem posicionamentos que interfiram ou influenciem as decisões dos tribunais. Curiosamente, ninguém no MPLA fez tanto quanto João Lourenço para condicionar a actuação da justiça. Em várias ocasiões e publicamente, o presidente do MPLA comentou processos específicos que se encontram na PGR e nos tribunais. Deu respaldo à narrativa da acusação e sentenciou antecipadamente os arguidos. Repita-se: não se trata das suas declarações genéricas. Mas de comentários concretos sobre processos específicos, colocando-se na condição de acusador.

No fundo, o próprio presidente do MPLA, se não violou, pelo menos ignorou repetidas vezes a presunção da inocência, postulado fundamental do Estado de Direito. Não é possível, pois, que João Lourenço nunca tivesse percebido que colocou, desde a primeira hora, procuradores e juizes em 'saia justa'. Afinal a equação é

simples. Se há uma narrativa de combate à corrupção, as instituições da justiça têm de apresentar resultados. O que significa promover processos, remetê-los aos tribunais e, se necessário, condenar, ainda que ao arrepio da própria Lei. É a subjugação histórica da justiça ao poder político que se mantém intacta. É a consequência da prática de actuação em rebanho que a longevidade e a hegemonia do MPLA criaram nas instituições do Estado. Porque só assim se entende que até juizes de tribunais superiores em algum momento se tenham esquecido do seu papel de árbitros e tenham subscrito publicamente o discurso do combate à corrupção.

Passemos agora para os equívocos. Na terça-feira, o presidente do MPLA também atacou os críticos do combate à corrupção por relativizarem frequentemente os reduzidos números de casos que envolvem figuras de relevo. Para Lourenço, os críticos ignoram que o processo começou há apenas

dois anos e que já produziu mais do que o conjunto da governação de Agostinho Neto e de José Eduardo dos Santos. O problema real, entretanto, é outro. O que a crítica esclarecida questiona não são necessariamente os números. Mas antes a clara selectividade da agenda pelo menos em relação a figuras de topo.

Finalmente, um argumento enganoso para justificar a descapitalização do Fundo Soberano de Angola. Para o Presidente, o FSDEA não precisava de tanto dinheiro como lhe fora atribuído, sustentando que há fundos com muito menos e bem geridos. No entanto, isto não faz todo o sentido. O Governo descapitalizou o Fundo para investir num programa com laivos eleitoralistas, ainda que defensável, o PIIM. Mas também, como se prevê, para financiar o Orçamento Geral do Estado.

Isto é o facto: o Fundo não foi desmantelado por ter muito dinheiro, foi descapitalizado porque faltou dinheiro ao Governo.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FLÁVIO INOCÊNCIO,
jurista

Qual é o entendimento que tem sobre a decisão do Governo português DE nacionalizar a Efacec?

A justificação dada pelo Governo Português é clara e está relacionada com a necessidade de salvaguardar postos de trabalho e o facto de ser uma empresa estratégica para Portugal

Isabel dos Santos considera uma nacionalização forçada porque a venda estava quase concluída. Concorda?

Toda a nacionalização é forçada. Nacionalização não é um confisco. No entanto, Isabel dos Santos vai ser compensada. O Decreto-Lei de nacionalização, no entanto, aponta para o arresto das contas da accionista maioritária como uma das razões que pode colocar em causa a solvabilidade da empresa.

Acha que o Governo angolano deveria fazer mais no sentido de manter a empresa com investidores angolanos, considerando o potencial económico da mesma?

Não necessariamente. A Efacec foi adquirida na sua maioria parte com capitais emprestados pela banca portuguesa à accionista, pelo que os interesses lusos são claros. Tentar ver a Efacec como empresa que fez recurso exclusivamente a capitais oriundos de Angola, não faz sentido. O ideal teria sido uma solução do sector privado nesse caso.

30
TERÇA - FEIRA

O Ministério Público pede penas de prisão não inferiores a sete anos para José Filomeno dos Santos e Jorge Gaudens e a 10 anos para Valter Filipe e António Bule, julgados no conhecido 'caso 500 milhões'.

01
QUARTA - FEIRA

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igabe) informa sobre o início da avaliação da capacidade dos investidores interessados na alienação de um total de 12 activos agro-industriais localizados em algumas províncias.

02
QUINTA - FEIRA

A empresária Isabel dos Santos pode ser ouvida fora do país, em Estados com acordos judiciais com Angola, no âmbito do processo-crime por alegada má gestão e desvio de fundos na Sonangol, garante a Procuradoria-Geral da República.



03
SEXTA - FEIRA

O procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, alega dificuldades em notificar a empresária Isabel dos Santos em Angola e noutros países. Isabel dos Santos desmentiu, entretanto, a PGR.



27
SÁBADO

A transportadora aérea Taag não prevê, "por enquanto", voos humanitários na rota Lisboa/Luanda para repatriar angolanos, preparando-se para retomar a programação após restrições, devido à covid-19.



28
DOMINGO

O ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, inaugura as primeiras obras das 665 em execução integradas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), no Lubango e Caluquembe, na Huíla.



SEGUNDA-FEIRA O FMI piora a previsão de evolução da economia, antecipando agora uma recessão de 4% este ano, o que coloca o PIB em queda pelo quinto ano consecutivo.

COTAÇÃO



BRENT COM LIGEIRA SUBIDA. WTI COM QUEDA LIGEIRA

Depois de fechar a semana passada a ser negociado nos 42,77 dólares, o Brent fechou esta segunda-feira a valer 43,09, enquanto o WTI recuou 0,02 dólar, para 40,63 dólares o barril. O equilíbrio do preço registado desde o princípio de Julho, entretanto, pode ser alterado, dando lugar a registos negativos nos próximos dias, devido à tendência de aumento do número de casos de covid-19, segundo previsões de diversos especialistas.



...DÓLAR NO MESMO TERRENO DO WTI

O índice do dólar, por sua vez, abriu a semana em queda, face às diversas moedas. Em relação ao euro, por exemplo, a variação foi de 0,5% com a moeda da comunidade europeia a fixar-se acima dos 1,13 depois de fechar a semana passada acima de 1,12 dólares. A maior derrota da moeda norte-americana foi em relação ao Bitcoin, com uma variação de 2,3%. No global, o índice da moeda norte-americana caiu 0,58%, fixando-se 96,7 contra os 97,1 do fecho da semana passada.

Entrevista



Mário Nijétes © VE

FERNANDO HEITOR, ECONOMISTA E POLÍTICO

“Ser nomeado para um alto cargo neste país deixou de ser prestigiante”

Considera o crescimento da dívida em 2019 o apertar “da corta no pescoço do povo” e o dossier PRA-JA “uma vergonha para a democracia”. Sobre a prática de nomeações e exonerações sem avisos nem explicações, é taxativo: “é quase como ser enviado para uma frente de combate”.

Por César Silveira

Em 2019, a dívida pública cresceu, em termos nominais, 48% e o rácio face ao PIB passou de 84% para 107% com-

parativamente a 2018. Que opinião tem sobre estes indicadores?

Este crescimento da dívida

pública angolana significa que o Executivo de João Lourenço apertou a corda no pescoço do povo angolano, que o anterior Presidente, José Eduardo dos Santos, já lá havia deixado. Porque, no fundo, quem vai suportar o custo da excessiva dívida, seja ela interna, seja externa, é a população da geração actual e vindoura.

Estes dados constam do relatório de execução de 2019, divulgado no primeiro semestre

deste ano. É um sinal de transparência?

Isso não tem nada que ver com transparência. Deve-se apenas a alguma melhoria administrativa que terá ocasionalmente acontecido no Ministério das Finanças

Ao contrário dos 35 dólares inicialmente projectados, a proposta de revisão do OGE inscreve 33 dólares como a referência do barril de petróleo. O que lhe parece?

É uma previsão conservadora e bastante prudente. Acho bem, pois, como sabemos, o preço do crude, no mercado internacional, tem estado muito volátil e com uma tendência mais para baixo do que para cima.

Que leitura faz da previsão da inflação no OGE?

Não tive ainda acesso à proposta do OGE na sua totalidade, mas informaram-me que a taxa de inflação acumulada foi prevista para 25%, o que, a acontecer, de facto, será muito mau para a vida das populações, porquanto uma inflação de dois dígitos impacta negativamente no custo de vida dos bens de consumo e dos serviços, piorando a sobrevivência das famílias e das empresas. Todos os agentes económicos perdem com uma alta taxa de inflação, principalmente os consumidores.

Falemos do impacto da covid-19. Como perspectiva a situação socioeconómica do país no pós-pandemia?

A situação económica, financeira e social do país já vinha agravando desde 2015, após a saída do poder de José Eduardo dos Santos em 2017. Com a entrada do Presidente João Lourenço, a vida em Angola já estava difícil. Dali, a situação só se tem agravado e, com o surgimento da covid-19, as coisas pioraram. Note-se que a covid-19 só surgiu em Angola em Março e nos outros países do Oriente e Ocidente em Janeiro de 2020. Esta pandemia em Angola, até hoje, só afectou pouco menos de 300 pessoas, com menos de duas dezenas de mortos. E mesmo que venha a afectar mais pessoas e matar mais uns tantos, fica muito aquém de provocar a mortandade de pessoas que a malária e outras doenças endémicas têm provocado habitualmente

“Este crescimento da dívida pública angolana significa que o Executivo de João Lourenço apertou a corda no pescoço do povo angolano, que o anterior Presidente, José Eduardo dos Santos, já lá havia deixado.”

em Angola. Na minha opinião, não haverá pós-covid-19, sem vacinas. E, mesmo com vacinas, esta covid-19 vai certamente transformar-se em endemia ou numa outra doença qualquer a conviver connosco, como, de resto, tantas outras doenças que antes eram epidemias ou pandemias e hoje estão no nosso seio, habitando e circulando normalmente connosco, como se de nossos familiares ou inimigos se tratasse. Por isso, as políticas públicas, sejam elas económicas sejam sociais, devem ser gizadas com muito realismo e lucidez, a contar com mais essa doença covidiana, que se junta às demais com as quais já coabitamos, há muitos anos.

Recentemente, circularam notícias segundo as quais estaria de regresso à Unita, mas, posteriormente, desmentiu. O que se passa concretamente?

Já fiz divulgar, através da imprensa digna deste nome, que as informações veiculadas no panfletário jornal virtual AngoNotícias são falsas e infundadas. Sei que há muitas pessoas neste país interessadas em ver novamente Fernando Heitor a militar (militância) no maior partido da oposição em Angola. E agradeço a simpatia destes milhares de cidadãos, alguns dos quais me abordam pessoalmente sobre isso. Mas sempre pautei a minha conduta pela coerência, honestidade intelectual e ética. Tem-se dito que, em política, não há decisões definitivas. A vida é dinâmica. Não descarto a possibilidade de um dia poder retornar a militância partidária, mas, quando isso acontecer, a opinião pública será devidamente informada, tal como foi quando decidi ser simplesmente um cidadão apartidário, isto é, sem nenhuma militância partidária. O problema é que, neste país, as pessoas não estão habituadas a ver figuras mediáticas como eu (passe a imodéstia) sem estarem filiadas em partidos políticos. Temos de nos reeducar. Cidadãos sem filiação partidária são tão úteis ao país como os outros. E, muitas vezes até, a sua dimensão de percepção dos acontecimentos e de intervenção nacional é mais valiosa, porque é imparcial e isenta de qualquer peso e conotação político-partidária.

Portanto, não é total e definitivamente fechada a promessa de não mais fazer política que apresentou quando deixou a Unita?

Como disse, em política não há decisões definitivas. A vida é dinâmica e há ocasiões em que somos chamados a participar na vida política activa, alinhados com partidos políticos, para os ajudar na luta pela mudança social. De resto, eu nunca afirmei que não faria mais política. Eu fui claro em dizer, na altura, e repito sempre isso: “sou apartidário, mas não sou apolítico”. Significa que, mesmo não tendo filiação partidária, continuo atento a acompanhar e a analisar a política real que se faz neste país e a comentá-la e a criticar construtivamente, emitindo inclusive opiniões e “avisos à navegação” com muita frequên-

cia, através do meu whatsapp e em vários grupos de que sou membro bastante activo. Isto é também uma forma cidadã de fazer política, embora saia dos marcos da política activa, feita pelos partidos políticos e pelos membros do Executivo.

Que opinião tem sobre o dossier PRA-JA de Abel Chivukuvuku?

O dossier do ‘partido’ PRA-JA Servir Angola é uma vergonha para a democracia deste país. Revela que as instituições do Estado angolano são, de facto, ainda muito frágeis e que o primado da lei é ainda uma ilusão em Angola, embora haja alguns sinais encorajadores. Não sou adepto da proliferação de partidos em país nenhum. E muito menos em Angola, com o número tão pequeno de habitantes que ainda temos, pouco mais de 30

Perfil

Nascido no Icolo Bengo, Catete, em 1955, Fernando Heitor Francisco é mestre em Economia na especialidade de Desenvolvimento Económico e Social de África e tem pós-graduação em Gestão de Empresas e ainda em Gestão Financeira de Multinacionais. Foi vice-ministro das Finanças durante vários anos na vigência do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), foi deputado e, mais recentemente, administrador executivo do Banco de Poupança e Crédito.

milhões, não se justifica, pois a solução dos grandes problemas económicos e sociais, com que Angola se debate, não passa pela existência de cinco ou seis ou oito partidos políticos. Até porque as diferenças ideológicas entre eles são muito poucas, se é que existem. Muitos militantes até mesmo da direcção dos partidos nem sequer sabem quais os princípios filosóficos, ideológicos e políticos em que se fundamentam os partidos de esquerda, do centro esquerda ou centro direita, da direita e extrema-direita e ou extrema-esquerda. Quais as diferenças político-ideológicas fundamentais que as dividem? Faça essa pergunta a dirigentes políticos angolanos e até mesmo africanos. Ficará estupefacto com tanta ignorância sobre isso! Em África, incluindo Angola, todos querem ser dirigentes de partidos, porque isso compensa económica e financeiramente. Só assim se entende que antigos bons advogados, bons professores universitários e às vezes até empresários se filiam em partidos e queiram ser deputados e depois, com sorte, chegam a ministros. Uns até aparecem nos partidos como independentes, para aproveitar a boleia e, com algum tráfico de influência lá dentro, são imediatamente incluídos nas listas de candidatos a deputados em lugares facilmente elegíveis, em detrimento de muitos militantes antigos do partido. Temos vários exemplos disso em Angola. Eu concordo com isso apenas para as eleições autárquicas e para cargos no Executivo, mas, para cargos de deputado, não. Estes devem ser reservados àqueles militantes partidários, com vários anos de militância leal, dedicada e esclarecida. Quantos casos conhece de dirigentes partidários que renunciaram aos seus cargos de direcção no partido e solicitaram para não serem mais incluídos nas listas de deputados, como fez um cidadão de nome Fernando Heitor? Pesquise e verá!

Que avaliação faz da sua passagem pelo BPC como administrador executivo?

Só posso dizer que a minha experiência no BPC foi positiva. Foi o próprio Titular do Poder Executivo que gentilmente me tele-



Mário Mijicetas © VE

Entrevista

Continuação da página 5



Mário Mujica © VE

fonou a convidar para me juntar ao elenco de qualificados técnicos que havia sido escolhido para formar o conselho de administração e a comissão executiva do BPC que, como sabe, é ainda o maior banco comercial deste país. Mesmo sabendo que este banco público estava a viver uma situação muito grave, falência técnica, aceitei com entusiasmo o convite e fui juntar as minhas valências técnicas e profissionais às dos demais colegas e posso afirmar com honestidade que, sob a liderança corporativa inteligente e esclarecida do doutor Alcides Safeca, fizemos um bom trabalho digno de respeito e consideração em prol da recuperação deste banco. Fomos elogiados em reunião da assembleia-geral, de accionistas, pela actual ministra das Finanças, na altura secretária de Estado. Mas, curiosamente, não nos permitiram ir mais longe porque 'interesses ínvios, inflexíveis' impediram a nossa progressão. Hoje é só ver o que está a acontecer neste banco, após a nossa exoneração. Aproveito esta oportunidade para endereçar aos meus ex-colegas da administra-

A forma como são exonerados os quadros qualificados, nomeados para altos cargos no aparelho executivo deste país, é pouco honesta, pouco transparente e desmotivante.

ção e aos directores os protestos da minha alta consideração e simpatia. Alguns deles são quadros excepcionais, autênticos gurus nas áreas em que funcionaram.

Depois de exonerado, manifestou-se descontente pela forma

como foi conduzido o processo da exoneração...

Essa pergunta já está respondida no ponto anterior. A forma como são exonerados os quadros qualificados, nomeados para altos cargos no aparelho executivo deste país, é pouco honesta, pouco transparente e desmotivante porque banaliza os cargos, retira-lhes autoridade e credibilidade, além de criar instabilidade e desmotivação no seio dos trabalhadores das instituições. Eu critiquei e continuo a criticar essa prática bizarra, que atenta contra os bons princípios de governação e de gestão de quadros. Ser nomeado para um alto cargo neste país deixou de ser prestigioso, para ser desesperante. Você não sabe quando e por que razão será exonerado. É quase como ser enviado para uma frente de combate. Você não sabe quando será atingido por uma bala ou cair numa emboscada ou numa mina... (risos)

Aceitaria outro convite para fazer parte da estrutura do Governo e ou de uma instituição pública?

É evidente que aceitaria um convite de qualquer partido que formasse governo em Angola, para ocupar um cargo público. Sou um quadro nacional, felizmente, bem formado e, técnica e profissionalmente, bem qualificado. Todos o sabem. Tenho várias provas dadas. Sendo um quadro nacional, é óbvio que a minha disponibilidade para servir o meu país é total. Mas, desde que se definam previamente contratos-programa com metas e prazos de execução. Nada de ser nomeado num dia e seis meses depois ou no ano seguinte ser exonerado, ainda por cima sem que se expliquem as razões da exoneração. E como se fosse um produto descartável. Isto é um sinal de abuso de poder e desrespeito aos quadros nacionais. Mesmo que se seja reconduzido para outro cargo, como acontece com alguns 'dançarinos de cadeiras'. Essa prática de gestão de quadros ou de cargos é contraproducente. Assim é teatro e por isso não concordo nem alinhado (risos). Faz tempo que tenho recusado dar entrevistas a jornais, você insistiu e convenceu-me a quebrar a pausa de mais de 12 meses. Espero que tenha valido a pena.

ALERTA DA ANAVI

Mercado corre risco de ficar sem ovos no final do ano

O nível de produção de ovo e carne de frango "reduziu consideravelmente", mas a situação pode piorar até ao final do ano, de acordo com a vice-presidente da Associação dos Avicultores de Angola (Anavi), Maria José.

Em causa estão "a gritante de falta de ração" e as dificuldades na importação de pintos devido à escassez de divisas. "Há dificuldade na produção de ração, há dificuldade na importação de pintos e não temos fundo de maneio", detalha.

As dificuldades de tesouraria, explica, resultam da burocracia existente nas diversas instituições para ter-se acesso às medidas de alívio ao sector empresarial, determinadas pelo Governo, em consequência da covid-19.

"As exigências são muitas.

Os bancos estão a exigir uma série de documentos que levamos muito tempo a tratar. Estamos a tratar, mas o processo está muito moroso, isto não vai dar certo, porque tínhamos de repovoar agora para até Dezembro termos produção de ovos", explicou, acrescentando que, em relação à carne de frango, a situação é mais fácil de resolver. "Se tivéssemos matéria-prima para fazer ração agora, temos instalações disponíveis, dentro de 45 dias teríamos frangos", precisa.

A situação, segundo Maria José, obrigou a maioria dos produtores a paralisar a produção e os poucos que persistem operaram com capacidade "reprimida" que não passa dos 25%.

A associação tem em agenda um levantamento, nos próximos dias, no sentido de apurar quantos produtores estão em actividade e qual a capacidade de produção, sendo que Maria José antecipa que estejam a trabalhar apenas 10 em todo país.





LIGA NOS

VIVA O FUTEBOL
PORTUGUÊS
EM EXCLUSIVO NA ZAP!

SPORT-TV **ÁFRICA**

CANAIS 20 E 21 HD

3TV

CANAL 24

DISPONÍVEL PARA CLIENTES
ZAP PREMIUM

CARREGUE JÁ!

 **LaLiga**  **Santander**

**A LIGA ESPANHOLA
ESTÁ DE VOLTA!**

  **LaLiga** | CANAIS 25 E 26 HD

DISPONÍVEL PARA CLIENTES
ZAP MAX E ZAP PREMIUM

CARREGUE JÁ!

#BackToWin



APOIO AO CLIENTE:
935 555 600 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 AS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

+ INFO EM: www.zap.co.ao

Economia/Política

AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO

Ataques de hackers podem intensificar-se

CIBERSEGURANÇA. Inquérito da consultora EY descreve níveis elevados de exposição das instituições e empresas angolanas a ataques de piratas informáticos. Banca é dos sectores com os sistemas menos sensíveis.

Por Júlio Gomes

As fragilidades dos sistemas de segurança, decorrentes, em parte, da ausência de regulamentação, colocam as instituições do país na mira de ataques de hackers que se podem “intensificar nos próximos tempos”.

Os receios são fundamentadas por Sérgio Martins, especialista em cibersegurança da Ernst & Young, que se suporta de um estudo da consultora em que 67% dos inquiridos acreditam que o mercado está sub-regulamentado. “Falta regulamentação de segurança no mercado, embora já exista alguma, nomeadamente na banca, com o recente aviso nº 8 do Banco Nacional de Angola”, observa, notando que ainda existe “um caminho muito

longo a percorrer” que obrigue as organizações a cumprirem requisitos mínimos de segurança, ao mesmo tempo que defende a prevenção de ataques através de uma cultura de ‘security by design’.

O recente estudo sobre cibersegurança, realizado pela consultora, refere que 50% das organizações inqueridas, entre públicas e privadas, sofreram ataques informáticos nos últimos 12 meses, 16% dos quais feitos por hacktivistas, enquanto 19% por agentes maliciosos internos, todos bem-sucedidos. Os dados dizem ainda que 26% dos ataques tiveram origem desconhecida, ao passo que 16% ocorreram por falha dos colaboradores.

Com as alterações das rotinas organizacionais forçadas pela pandemia, Sérgio Martins prevê o “escalar” dos ataques, principalmente no segmento dos negócios onde se verifica pouca segurança. E mais uma vez serve-se das conclusões do inquérito:

“Apesar do risco acrescido, apenas 33% das iniciativas de negócio suportadas por tecnologias afirmaram incluir as equipas de segurança desde o início dos projectos”, confere.

O estudo da Ernst & Young nota que, em pelo menos 71% das empresas angolanas, a área de cibersegurança não tem qualquer relação com a de marketing, enquanto em 86% é neutra e 67% mantém relação com o departamento finan-

ceiro, do qual são dependentes para a execução de projectos. “À medida que as empresas passam por esta transformação, torna-se necessário construir relações de confiança transversalmente a todas as funções da organização, começando na gestão de topo para que a cibersegurança seja instituída como um activador-chave de valor acrescentado”, aconselha o especialista, acrescentando que a gestão de topo, as direcções, os CISOs (acrónimo inglês para director de Segurança de Informação) e os líderes da organização “deverão colaborar para posicionar a cibersegurança no centro da transformação e inovação” dos negócios. “Esta colaboração é ainda mais crítica nos tempos de pandemia que vivemos, em que estamos a observar uma grande aceleração da digitalização das organizações e novos modos de trabalho, nomeadamente o trabalho remoto que traz riscos acrescidos.”

50

Porcento, das instituições inqueridas sofreram ataques



Primeira fábrica de telemóveis custa 15 milhões de USD

A primeira fábrica de telemóveis, tabletes e computadores portáteis em fase terminal na Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE-LB), está avaliada em 15 milhões de dólares. O investimento é da Afrione, subsidiária do grupo empresarial indiano Contec Global, numa linha de crédito de 2 mil milhões de dólares disponibilizado à Angola pelos Emirados Árabes Unidos.

A abertura da fábrica, pendente devido à pandemia do novo coronavírus, vai garantir numa primeira fase 150 empregos directos apenas na linha de produção de telemóveis, a primeira a abrir, a ser liderada a 80% por cidadãos nacionais, cuja capacidade de produção será de 100 mil aparelhos por ano.

A empresa pretende fixar preços mais competitivos e acessíveis do mercado, que vão dos 3 a 4 mil kwanzas, para telemóveis do padrão intermédio, e 200 mil kwanzas para os mais evoluídos. Além da fábrica, a Afrione tenciona instalar centros de distribuição nas províncias de Benguela, Huambo, Cabinda e Uíge.

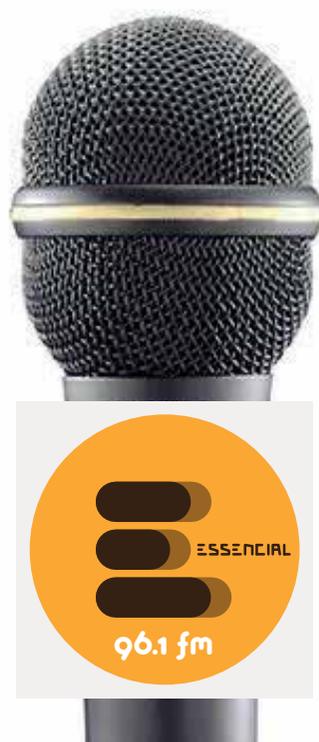
Futuramente o foco da empresa vai se estender na produção de acessórios de telemóveis, tabletes e computadores.



Sérgio Martins, especialista em cibersegurança

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Mercados & Negócios

Isabel dos Santos
entrou na Efacec
em 2015



Mário Marques © VE

POR 173 MILHÕES DE EUROS

Isabel dos Santos garante que Efacec estava quase vendida

CONFLITO. Decisão de nacionalizar a Efacec aconteceu quando o processo de venda corria sem constrangimento, de acordo com a empresária que, por isso, considera a decisão “forçada e movida por vontade política”.

Por César Silveira

Uma “nacionalização forçada” e que resulta “só de vontade política”. Foi como Isabel dos Santos caracterizou a decisão do governo português de nacionalizar a participação da Winterfell 2 Limited, detida pela empresária e pela Ende (16%), na Efacec.

A empresária justifica-se, garantindo que a venda das participações agora nacionalizadas estava bem encaminhada, contrariando a tese segundo a qual o processo poderia demorar muito tempo, o que agravaria ainda mais a situação da empresa.

“Já estava a venda concluída. Tenho propostas desde Março”, garantiu a empresária, revelando que, entre as propostas, recebeu uma de 173 milhões de euros. “A nacionalização foi só por vontade política. Aliás, vão vender aos mesmos a quem eu estava a vender”, acrescentou.

A decisão da nacionalização dos 71% da empresa foi anunciada na semana passada pelo governo português que se justificou com a necessidade de “evitar a deterioração irreversível da situação financeira e comercial da Efacec”, referindo-se à situação provocada pelo arresto das contas de Isabel dos Santos.

“A apropriação pública da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec, mediante a respectiva nacionalização, reveste-se de excepcional interesse público, tendo em conta a sua valia industrial, o seu conhecimento técnico e a sua excelência

em áreas estratégicas para a economia nacional, incluindo o perfil fortemente tecnológico, inovador e exportador da empresa, o seu contributo para as exportações nacionais, o seu peso no emprego, em particular no que respeita à mão-de-obra qualificada, e o seu contributo para o quadro da descarbonização da economia, sendo adequada, necessária e proporcional à salvaguarda desses valores”, lê-se no diário da República portuguesa que determina a decisão de nacionalização da empresa.

INDEMNIZAÇÃO PREVISTA...

O processo prevê a indemnização “aos titulares da participação social nacionalizada ou aos eventuais titulares de ónus ou encargos constituídos sobre a mesma”, segundo o decreto que dá conta ainda que “o despacho que fixar o valor da indemnização pode determinar a resolução em benefício da massa patrimonial, com as necessárias adaptações, dos actos considerados prejudiciais”.

...ISABEL DOS SANTOS SALVOU A EMPRESA

A entrada de capitais angolanos na Efacec foi determinante para a recuperação da empresa que se encontrava em situação de falência técnica. A Winterfell entrou na estrutura accionista da Efacec em 2015, ano em que teve prejuízos de cerca de 20 milhões de euros e era o terceiro ano consecutivo de resultados negativos. Esta tendência foi interrompida em 2016 com lucros de 4,3 milhões de dólares. Em 2017, a empresa voltou a registar resultado positivo com saldo de 7,5 milhões de euros, tendo em 2018 passado para 14,1 milhões de euros.

A empresa passou a investir mais na mobilidade eléctrica, tendo, em 2018, inaugurado novas instalações, com a intenção de atingir uma produção em larga escala de unidades de carregamento rápido. Como resultado, triplicou a produção de carregadores rápidos e ultra-rápido e lançou novos projectos como soluções de carregamentos com armazenamento incluído, soluções integradas para carregamento residencial e frotas. Neste mesmo ano, registou-se um crescimento de 100% neste segmento de negócio para 36 milhões de euros, face aos 17 milhões de euros do período homólogo.

MEMORIZE

- Em 2015, quando a Winterfell entrou na estrutura accionista da Efacec, encontrou uma empresa com resultado negativo de mais de 20 milhões de euros e soma-se o terceiro ano consecutivo com resultado no vermelho. Em 2016, registou lucro de 4,3 milhões e em 2018 passou para 14,1 milhões de euros.

A AFRICELL FOI CONFIRMADA como a 4ª operadora de telecomunicações em Angola, depois de ter sido selecionada, em Março, para apresentar uma proposta ao ser a única empresa a formalizar a candidatura ao concurso.

POR FORÇA DA CONJUNTURA ECONÓMICA

Grupo Cosal forçado a despedir pela primeira vez

Por Fernando Francisco

O grupo Cosal, que emprega cerca de duas mil pessoas, pode, pela primeira vez, ver-se forçado a reduzir a força de trabalho devido à crise económica e financeira, de acordo com um membro da administração da empresa com interesses na hotelaria, construção, banca e automóvel.

“Despedir por questões políticas ou económicas nunca aconteceu. Apenas por questões disciplinares e outras semelhantes”, garantiu, acrescentando ser uma miragem acreditar-se que as empresas vão cumprir a orientação do Governo que proíbe o despedimento neste período de pandemia.

“As empresas não têm condições de pagar os salários por isso não vão cumprir”, estimou, sugerindo que “o Governo crie condições para ajudar a economia e as empresas a equilibrarem-se”.

Sem avançar números, a fonte revela que dos sectores em que operam, o hoteleiro e o automóvel são os que mais estão a ressentir-se da situação económica e financeira do país. No ramo automóvel, por exemplo, “está a vender-se menos 10% do que se vendia em 2014 e o ano de 2020 é o pior de todos”.

Já em relação à hotelaria, detalha, “as unidades estão praticamente vazias. O Pululuka, por exemplo, é frequentado essencialmente por turistas, não é a gente do Lubango. E com a cerca sanitária, não há qualquer possibilidade de trabalhar”.

DONO DOS TERMINUS HÁ UM ANO

O grupo Cosal adquiriu há sensivelmente um ano os hotéis Terminus que pertenciam à Imogestim. Depois de “investir milhões na aquisição”, estima aplicar mais “algumas centenas de milhares de dólares” para deixar as unidades em pleno porque “estavam

CRISE. Grupo empresarial tem mais de 40 anos e resistiu às várias crises sem despedir. Diz-se, entretanto, atento às oportunidades de negócio e, desde o ano passado, é dono dos hotéis Terminus. Jaime Freitas, um dos accionistas, quer a parte da Sonangol no Caixa Angola.

Jaime Freitas é detentor de 12% da instituição bancária, igual participação de António Mosquito, enquanto os outros 51% pertencem à Partang, SGPS, empresa detida pela portuguesa Caixa Geral de Depósitos.

No leque das empresas do Grupo Cosal, destacam-se a Cosal, Comauto e Lusolanda que operam no ramo automóvel. Já na hotelaria, é detentor do Hotel Samba, do complexo turístico Pululuka, no Lubango, e da Roça das Mangueiras, na Ilha do Mussulo, enquanto na restauração é detentor dos restaurantes Embrcad ‘Ouro e Mulemba, em Luanda, assim como do Mokoro, no Mussulo, e Dos Lagos, no Lubango. Tem ainda investimentos indirectos em várias empresas e sectores em Angola, Portugal e na Namíbia.



com muitos problemas técnicos e operacionais”.

“O de Ndalatando estava ligeiramente mais bem conservado. Em relação ao primeiro hotel Terminus, no Lobito, construído no tempo colonial, antes de meados do século 20, vai ser necessário investir quatro a cinco milhões de

dólares para o reconstruir com a traça antiga criando um ‘boutique’ hotel que venda história, além de serviços hoteleiros”, calcula.

DIREITO DE PREFERÊNCIA NO CAIXA ANGOLA

Por outro lado, a fonte garantiu que Jaime Freitas, um dos accionistas

do grupo, vai exercer o direito de preferência na Caixa Geral Angola em relação à venda da participação social da Sonangol, correspondente a 25%. “Estamos a analisar, mas, sim, vamos exercer. Também por existir o acordo de direito de preferência, acho que não surgirão muitos interessados”, espera.

Além de várias participações indirectas, empresa tem operações no sector automóvel, hotelária, restauração e construção, empregando cerca de duas mil pessoas.

DEJURE

GOVERNO RECEBE CARTA DENTRO DE 15 DIAS

Sindicatos contra Lei da Requisição Civil

LEGISLAÇÃO. CGCILA, FSA-CS e UNTA-CS vão levar ao Governo documento no qual solicitam revogação da Lei da Requisição Civil (LRC), por a considerarem “um atentado à liberdade sindical”.



Manifestando-se “inconformado”, o sindicalista lembra que há empresas que não pagam salários e “se os instrumentos legais se abstêm da defesa do elo mais importante da cadeia de produção, o homem, então entrámos num beco sem saída”.

“MEDIDAS MUSCULADAS” DO GOVERNO

Manuel Viage, secretário-geral da Unta-CS, nota que a sua organização também “esteve à margem” da elaboração da proposta da LRC, que foi aprovada pela Assembleia Nacional, e atira-se contra o Governo que, em muitos casos, “tem ignorado” a concertação. “As nossas autoridades, muitas vezes, assumem medidas musculadas e desprezam o consenso”, criticou, confirmando a integração da Unta-CS no grupo de trabalho que tem 15 dias para concluir o documento a ser entregue ao Executivo.

Para Viage, a LCR tem algumas ideias, como o direito à greve, que “só vêm agravar a situação de quem trabalha”.

Por Júlio Gomes

Diversas organizações sindicais manifestam-se contra a Lei da Requisição Civil e prepararam-se para intervir junto do Governo, sem descartar o eventual recurso à Organização Internacional do Trabalho (OIT), no sentido de se revogar o diploma.

Cléofas Venâncio, presidente da Força Sindical Angolana – Confederação Sindical (FSA-

-CS), precisa que os principais sindicatos do país estão a organizar uma reflexão “muito forte” a ser entregue ao Governo. “O propósito é acabar com a LRC, diploma que vem anular todo o processo de evolução sindical, como o direito à greve, plasmado na Lei Geral do Trabalho (LGT) e na Constituição”, refere, contestando o que considera “uma inconstitucionalidade que é preciso revogar”.

Segundo o também jurista, das diligências já encetadas junto da OIT, resultou “um aval” com o qual se pretende pôr fim “às irregularidades” inscritas na LRC. “O Ministério da Justiça

já reagiu, mas isso não basta, ou seja, não ficámos satisfeitos. Dentro de duas semanas, vamos apresentar o documento também ao Ministério do Trabalho e à Presidência da República”, indica.

Avelino Miguel, da CGCILA, também critica o diploma, sobretudo “por não ter merecido reflexão profunda”, antes de ser levado à aprovação pela Assembleia Nacional. “O Governo não nos ouviu e, por fim, decidiu correr unilateralmente ao Parlamento, para a aprovação desse instrumento extremamente lesivo aos interesses dos trabalhadores”.

MEMORIZE

● A LRC foi aprovada na votação final global do Parlamento a 17 de Junho com 141 votos a favor, 6 contra, da CASA-CE e 50 abstenções da UNITA. A Lei determina os procedimentos que regulam o mecanismo de recurso e execução da Requisição Civil por parte do Estado.

DIPLOMA ‘AGRESSIVO’

O Governo defende que a LRC está salvaguardada pelo artigo 37.º da Constituição e alerta às entidades que se recusarem a executar a Requisição Civil, em situações excepcionais, para a responsabilização civil, disciplinar e criminal. Por altura da apresentação do diploma, no Parlamento, Ana Celeste Januário, secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, chegou a reconhecer que “a Lei da Requisição Civil limita, de alguma forma, o exercício de alguns direitos fundamentais dos cidadãos”.

COMPANHIAS DE AVIAÇÃO

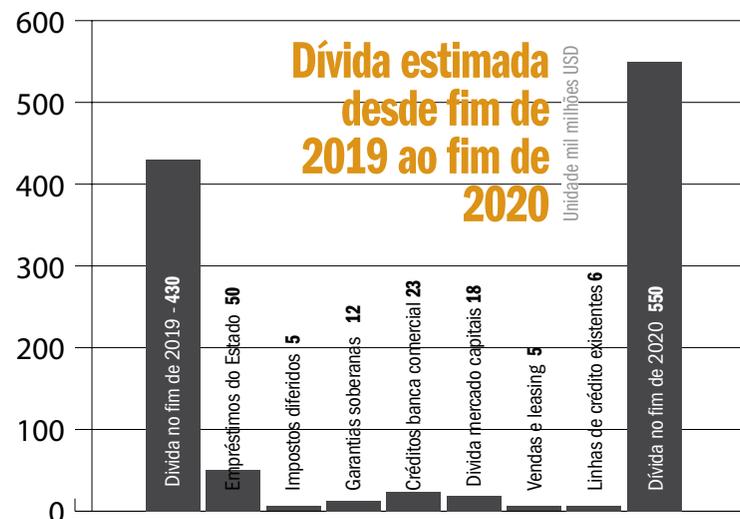
Sobreviver com dívida

A crise que grassa no sector da aviação a nível mundial e que ameaça mudar o panorama da mobilidade aeronáutica como o conhecemos ainda reserva muitos dissabores. Um deles será certamente um re-início de actividade fortemente endividado e que vai condicionar ainda mais a viabilidade das empresas do sector.

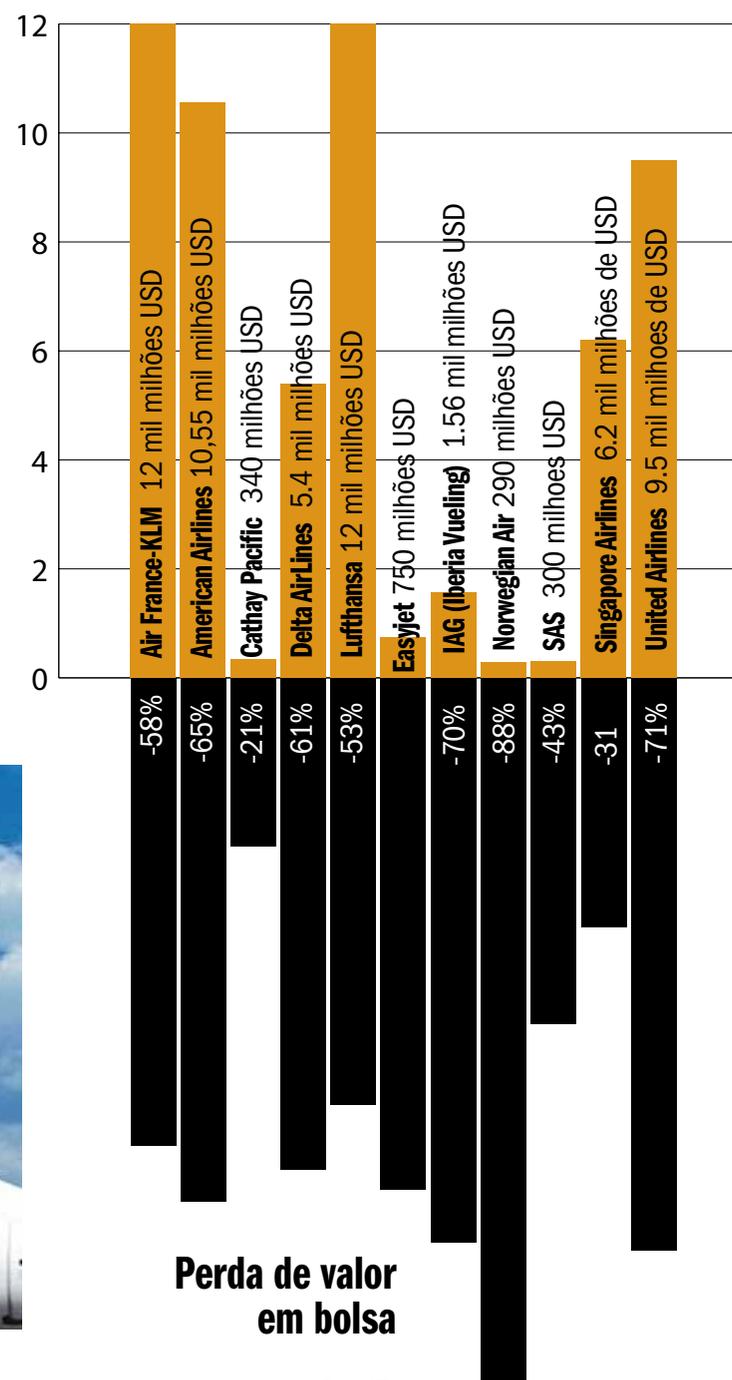
Sobreviver à razia empresarial deixada pela pandemia do covid-19, não é para qualquer empresa. No sector da aviação, as maiores e mais reconhecidas companhias do mundo recorreram a pedidos de apoio aos governos para evitar a perda de mão de obra especializada à medida que as restrições vão mantendo aviões em terra e sobretudo para prevenir falências. Mais de 85 mil milhões de USD já foram aprovados para salvar o sector, e algumas companhias como as chinesas China Southern Airlines ou a Air China, a Emirates e a Etihad ainda aguardam por aprovação de valores para o apoio estatal que já foi prometido. Outras como a Alitalia serão nacionalizadas, exemplos há de companhias como a

Cathay Pacific que não recebendo um resgate recebem apoio na forma de reduções de impostos, muitas como a TAP ainda se mantêm em dúvida quanto à possibilidade de nacionalização e sobre quanto poderão receber do Estado. A Ryanair, a maior companhia de voos low cost Europeia não pediu apoio estatal e diz que nenhuma outra deveria receber mas já perdeu mais de 35% do seu valor em bolsa.

No entanto, e porque os resgates Estatais chegam na forma de empréstimos, que em muitos casos tardaram, factor que a somar à incerteza sobre quando o sector pode contar com uma retoma e com as previsões a manterem o futuro nublado, muitas companhias fizeram recurso à banca. O peso do endividamento junto da banca comercial e dos mercados, até ao fim deste 2020 negro poderá atingir 50% de um total de dívida superior a 120 mil milhões de USD. Mais de 52 mil milhões de USD de recursos a créditos comerciais e capitalização no mercado segundo estimativas da IATA que avisam que a retoma para além de lenta até que os passageiros recuperem a confiança para viajar, será demasiado endividada perigando a operacionalidade das empresas.



Apoio estatal



Fonte: IATA

(In)formalizando



Mário Mujetes © VE

'FAST FOOD' NOS BAIRROS DE LUANDA

Vendas quedam até 80%

COMÉRCIO. Com receios de contaminação por parte dos consumidores, os dias dos pequenos vendedores de 'comida rápida' não estão fáceis em Luanda. Esperança está na evolução positiva da pandemia.

Por Guilherme Francisco

Pequenos comerciantes de bebidas e 'fast food', em Luanda, queixam-se de quedas "drásticas" na facturação, superando em alguns casos os 65%, como consequência da baixa da procura precipitada pela pandemia da covid-19.

Mais do que a quebra do poder de compra, explicam vários comerciantes ao VALOR, o principal motivo da redução da procura são os receios de contaminação, apesar das garantias dos vendedores quanto à observação das medidas de segurança.

No Kilamba Kiaksi, Guilher-

mina Campos, vendedora de 'fast food' e bebidas, avalia a baixa diária da facturação entre os 50% e os 66%. Ou seja, ao contrário dos 60 mil kwanzas anteriores à pandemia, actualmente as receitas ficam-se por entre 20 e 30 mil kwanzas, o que já a levou a despedir um dos três funcionários. "Está difícil, a facturação caiu significativamente por falta de clientes, dificulta o pagamento de salário, de fornecedores e a manutenção do estabelecimento", descreve, admitindo a hipótese de desistir do negócio.

O cenário repete-se em Joveth Delgado, no Calemba 2, também vendedor de bebidas. Contra 200 mil kwanzas de receitas médias semanais, a facturação despencou 50% para 100 mil kwanzas. E foi forçado a fornecer produtos com preços mais baixos.

Para Alberto Martins, em Viana, a situação é mais "grave", já que as vendas quedaram quase 78%. "Se antes conseguia facturar, durante a semana 70 mil kwanzas, hoje estou em torno dos 15 a 20 mil kwanzas", conta o jovem vendedor que teve de dispensar a funcionária a quem pagava 25 mil kwanzas por mês.

Quedas "menos graves" regista a roulotte 'Kikuia', já que as receitas diárias recuaram 'apenas' 25% para os 150 mil kwanzas. Joel, um dos responsáveis, atribui a situação sobretudo ao cancelamento indefinido das aulas e à reabertura de algumas empresas nas proximidades.

Para todos, a esperança em dias melhores está na evolução da pandemia. "voltaremos à alta facturação caso a pandemia não se agrave pelo país", acredita o responsável da 'Kikuia'.

EM CINCO ANOS

Empreendedorismo cria empregos no KS e em Malanje

Pelo menos 214 empregos directos e 300 indirectos foram criados, nos últimos dois anos, no Kwanza-Sul, no âmbito de um programa de formação de empreendedores na província.

Em 2018 e 2019, o centro de empreendedorismo e serviços de emprego na província formou 228 empreendedores que, por sua vez, criaram 222 pequenas e médias empresas, sobretudo, nas áreas de

protocolo, de artes e costura, segundo escreve a Angop.

Diombe Gest, uma das empresas beneficiárias do programa e criada por financiamento bancário, conta actualmente com 17 máquinas de costura e emprega 60 funcionários que tratam da produção e comercialização de produtos de biossegurança, como álcool gel, máscaras, além da venda de materiais de construção e eléctricos.

'Celita Protocolo', outra empresa apoiada pelo programa, emprega 15 trabalhadores e presta serviços a entidades públicas e privadas.

"Recebi um financiamento de 500 mil kwanzas que me permitiram criar dois postos de trabalho", testemunha Conceição Fernanda, empreendedora que também beneficiou do programa. António Bernardo, outro empreendedor, no município do Porto Amboim, criou uma pequena empresa na área de climatização, tendo contratado oito funcionários que prestam serviços de montagem e manutenção de aparelhos de ar condicionado.

PROJOVEM FINANCIARIA

A linha de crédito Projovem finan-

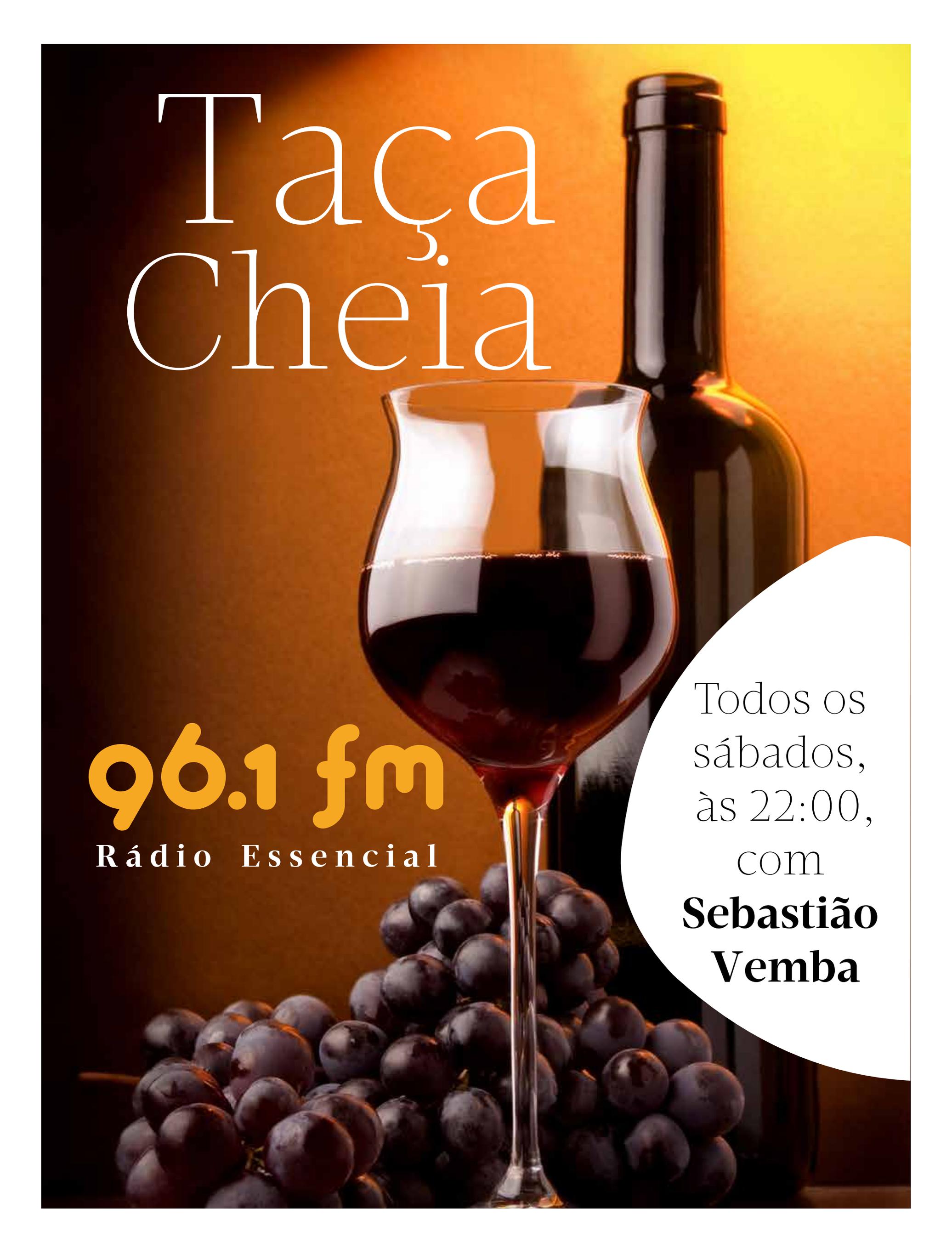
ciou, nos últimos cinco anos, 66 projectos avaliados em mais de 211 milhões de kwanzas, em Malanje.

Fernandes Cristóvão, director provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos, explicou à Angop que, além do crédito, foram entregues viaturas e motorizadas para o serviço de táxi a jovens associados em cooperativas de microempresas, bem como 'quitandas' comerciais para a venda de produtos diversos.

Em cinco anos, segundo Cristóvão, o Projovem gerou mais de 100 empregos directos e indirectos.



Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

Reembolso do IVA – Realidade ou Pura Ficção?



Lisa Rato, Senior Manager EY, Tax Services

V olvidos nove meses após a entrada em vigor do IVA em Angola, a possibilidade de o Estado Angolano restituir o IVA que a empresa tenha incorrido a montante parecerá ainda a muitos uma simples miragem (ainda que já estejam a ser pagos os primeiros pedidos).

É certo que o reembolso do IVA existe apenas para os contribuintes que, tendo apurado um crédito de imposto na sua esfera, se encontram enquadrados, por obrigação ou por opção, no Regime Geral. Mas é também um facto que, a pouco mais de seis meses do fim do Regime Transitório (que cessa a 31 de Dezembro de 2020), haverá milhares de contribuintes a ter que transitar para o Regime Geral nos próximos meses.

Há assim que (e cada vez mais) encarar o reembolso do IVA como um efectivo (e real) direito do contribuinte e, sobretudo, como um pilar fundamental do funcionamento do imposto.

O IVA (sigla de Imposto sobre o Valor Acrescentado) é, como o próprio nome indica, um imposto que tributa o valor que cada agente económico acrescenta às transacções que realiza. Mas é também um imposto plurifásico porquanto

é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista.

Significa que o pagamento do IVA é fraccionado por todos os intervenientes do circuito económico (sujeitos passivos do imposto), que abrem, para este efeito, uma espécie de conta-corrente com o Estado, “movimentada” através das declarações “Modelo 7” – ou seja, todos os meses os contribuintes declaram o IVA liquidado sobre as transacções realizadas e igualmente o IVA dedutível pago nas aquisições e/ou importações efectuadas, daí podendo resultar um saldo devedor ou credor com o Estado (consoante o IVA liquidado seja ou não superior ao deduzido).

A posição de crédito do IVA resulta essencialmente do referido fraccionamento do pagamento do imposto, conjugado com diversos factores como sejam as isenções do IVA ou a entrega do imposto por via de entidades cativadoras.

O pedido do correspondente reembolso encontra-se adstrito ao cumprimento de determinados requisitos e, sendo concedido, deverá ser pago em numerário ou através de certificado de crédito fiscal (prevendo-se que esta última venha a ser a via mais utilizada).

Assim, o compromisso do Estado no efectivo e regular pagamento dos reembolsos do IVA (quando o crédito seja naturalmente devido), para além de representar a materialização de um direito legítimo do contribuinte, trará inegável segurança e credibilidade ao sistema do IVA no contexto da sua ainda recente implementação.

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló Directora-Geral Adjunta

tendo o prazer de dizer que passámos uma semana sem exonerações, mas foi exonerada e depois nomeada a nova administração da empresa de resíduos nacionais, então, querido leitor, mudemos de assunto, até porque a nossa actualidade andou, recheada de acontecimentos, para parafrasear um jovem técnico que conheço, muito, muito caricatos.

A novela brasileira da IURD em Angola, que tem direito a tomadas de igreja pela força, violência, armas, acção, pragas, maldições e vasetomias, é um exemplo de tema cheio de perguntas. Como “Se a IURD é o ‘negócio rentável’ que vale toda esta luta que mensagem está o Estado a passar aos ‘investidores estrangeiros’ quando permite (e segundo os brasileiros ajuda) uma tentativa de ‘nacionalização’ pela força e discurso contra estrangeiro?”

A propósito de nacionalização, essa palavra tão caricata, o presidente português anunciou a nacionalização da Efacec, a empresa portuguesa de engenharia em que Isabel dos Santos detinha mais de 70% do capital.

E sobre este tema não faltam perguntas...

É que se o restante investimento de angolanos em Portugal podia ser, por um ou outro motivo, questionável, este na Efacec tem muito que se lhe diga...

Em 2015 já se escrevia que a elite angolana havia tornado Lisboa no seu recreio, que Portugal se estava a tornar numa colónia financeira do petróleo angolano, e, a face mais visível dessa colonização dos antigos colonizadores era a da primogénita do ex-presidente. E havia um certo orgulho angolano nisso, “somos os donos da metrópole”, pobres complexados, traumatizados... Entre 2010 e 2014 o investimento angolano, ou melhor, o investimento de angolanos (que a diferença é muita no que toca a quem colhe benefícios) em Portugal subiu de 645 milhões de euros para mais de 1,5 mil milhões

de euros, quase 2 mil milhões de dólares em quatro anos. E não ficou por aí com algumas estimativas a duplicar esse valor.

E Isabel dos Santos, a visada na actual cruzada, não estava de todo sozinha nessa empreitada de conquistas portuguesas (que se revelam hoje tão fáceis de reconquistar pelos portugueses).

O gigantesco investimento na banca, apesar das possibilidades da integração no sistema financeiro internacional, do potencial crescimento e internacionalização de empresas nacionais e acesso a crédito, permitiu simultaneamente uma fuga de capitais provavelmente bem superior aos benefícios colhidos pelo país.

Há outros exemplos. Tivemos muito investimento angolano perdido na média portuguesa, numa tentativa vã de influenciar a opinião pública lusa. Fui beneficiária enquanto recém-formada que teve a oportunidade, através desses investimentos angolanos, de estagiar em meios de referência como eram na altura o Económico ao serviço do jornal Expansão e pelo qual só tenho a agradecer. No entanto, os benefícios públicos são pouco relevantes face ao valor dos investimentos nessas empresas.

Este investimento na Efacec era a todos os títulos diferente dos outros. Era de facto estratégico.

A Efacec é a maior empresa portuguesa no campo das energias e actualmente, depois de salva da falência pelo investimento de IS, líder em soluções de mobilidade e carregamento de baterias com presença em diferentes mercados, Espanha, EUA, Índia. É uma empresa com um know-how com que em Angola só podemos sonhar, altamente especializado, com imensa capacidade científica, e que justifica até o interesse da gigante mundial Tesla, actualmente o mais valorizado produtor automóvel do mundo, que muito por conta da Efacec, planeia uma unidade fabril em Portugal.

Não é à toa que Portugal como um jogador de xadrez experiente, aproveitou a desorganização entre os mangops, para reaver um activo tão valioso a custo quase zero, numa nacionalização justificada com dificuldades criadas por um arresto, por sua vez baseado em acusações ainda por provar, mas que serviram...

Pergunto-me que benefícios para além do óbvio castigo público do governo a IS poderá ter o abdicar de um activo com um potencial multibilionário e incalculável para nós em termos estratégicos e em termos também de transferência de know-how?

É que na era da pressão mundial para a aposta nas energias limpas, a produção de baterias eléctricas e outras soluções alternativas aos fósseis, está nos lugares cimeiros do recurso às tecnologias. E agora pergunto eu, que trunfo irá ‘o nosso jogador de xadrez’ buscar, que de alguma forma compense a perda de uma Efacec?

É que é bom lembrar também que a empresa nem sequer foi comprada com dinheiro saído daqui. Foi comprada com empréstimos que os bancos em Portugal concederam a IS porque confiavam que podia pagar (o racional dos bancos para emprestarem), e que estava de facto a pagar pelo que reaver a empresa para o Estado Angolano (como se soubesse o que fazer com empresas) estaria provavelmente fora de qualquer possibilidade. Mas pergunto-me qual será a compensação que o governo vai buscar para justificar esta perda de participação numa empresa cujo prestígio e importância só dariam a ganhar a Angola... Tem de haver alguma compensação porque Portugal não faria essa jogada sem concertação. Que não tenha sido um mero “fiquem vocês com isso só para ela não ficar” em que sai o país a perder. Terá de haver alguma coisa maior do que a humilhação de uma empresária, que valha, não só a perda completa da Efacec, mas mais esta associação à corrupção e o isolamento que toda essa instabilidade invariavelmente vai trazer.

“Os mangops a lutar, o que podemos ganhar com isso” é o pensamento várias jogadas à frente dos governantes portugueses, e esse sim é estratégico. A desculpa da intervenção para salvar os 2500 postos de trabalho é assim mais ou menos, até porque ainda não havia indícios de que esses empregos estivessem em risco, como há indícios de risco sério para os empregos do Candando em Angola... E que bom seria se o nosso Executivo tivesse (como os portugueses) a mesma preocupação salvar postos de trabalho, acima de tudo...



“O vírus afecta de modo desproporcional pessoas acima do peso ou que sofrem de diabetes ou doenças cardiovasculares - todos problemas ligados a dietas pouco saudáveis.”

A pandemia precisa de transformar a agricultura mundial



Maurício Cárdenas, antigo ministro das Finanças da Colômbia



Juan Lucas Restrepo, director-geral da Aliança Internacional para a Biodiversidade



Mário Mujetes © VIE

A pandemia de covid-19 deveria incentivar-nos a redefinir o modo como alimentamos a humanidade. E a pesquisa agrícola pode ter um papel crucial em transformar os sistemas alimentares e torná-los mais sustentáveis e resilientes. A necessidade de mudança é clara. Para começar, dietas precárias são um dos principais factores de risco associados às mortes por covid-19. O vírus afecta de modo desproporcional pessoas acima do peso ou que sofrem de diabetes ou doenças cardiovasculares - todos problemas ligados a dietas pouco saudáveis.

Esta crise também expõe a fragilidade extrema do sistema alimentar mundial. As medidas de distanciamento social e de 'lockdown' para conter a transmissão do vírus reduzem de modo significativo os rendimentos da população e, consequentemente, a sua procura mundial por comida. A queda nos preços dos alimentos, entre Janeiro a Maio, tem afectado profundamente o sustento de centenas de milhares de pequenos produtores agrícolas em todo o mundo.

Além disso, o encerramento de restaurantes e escolas, as perturbações logísticas e a escassez de mão-de-obra migrante para cultivar as plantações causam enormes volumes de desperdício da produção agrícola. Cada vez mais, muitos fazendeiros estão em dúvida

sobre dar início a um novo ciclo de cultivo, embora alguns produtores, altamente competitivos, estejam a prosperar: por exemplo, as exportações de soja do Brasil para a China atingiram recordes nos primeiros cinco meses de 2020.

Porém, levando-se em conta a fragilidade do sistema alimentar, qualquer nova contracção no abastecimento ou restrição às exportações poderia reverter depressa a última tendência dos preços. O preço dos alimentos poderia subir significativamente, minando ainda mais a segurança alimentar mundial.

De facto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que, pelo menos 14,4 milhões de pessoas, nos 101 países importadores líquidos de alimentos, podem sofrer de subnutrição como resultado da crise económica provocada pela covid-19. Num cenário extremo - uma queda de dez pontos percentuais no crescimento real do PIB mundial em 2020 -, este total sobe para 80,3 milhões.

No curto prazo, portanto, os governos precisam não só de dar apoio financeiro a pessoas e empresas afectadas pela pandemia, mas também impedir uma crise alimentar. Em vez de interromper o comércio, os legisladores deveriam facilitá-lo, além de melhorar a coordenação e a troca de informações entre produ-

O mundo tem hoje uma chance única de adoptar medidas de longo prazo que promovam dietas mais saudáveis, incentivem fazendeiros a produzir uma variedade maior de alimentos e fortaleçam a colaboração entre os sectores da saúde pública, alimentação e agricultura.

tores e compradores de alimentos, especialmente os locais.

As medidas de longo prazo precisam incluir a promoção de uma alimentação mais saudável. Nos últimos 60 anos, as dietas mundiais tornaram-se mais homogêneas e cada vez mais dominadas por produtos alimentares básicos com altos níveis de energia e poucos micronutrientes. Três grãos - arroz, milho e trigo - proporcionam mais de 50% das calorias que os humanos obtêm das plantas. A população, de modo geral e principalmente a mais pobre, não consome alimentos ricos

em nutrientes como frutas, sementes e cereais integrais. Além disso, cerca de 11 milhões de pessoas morrem todos os anos por causa de dietas pouco saudáveis.

Identificar as variedades de alimentos nutritivos que podem ser reintroduzidos nas dietas é uma das prioridades. Por exemplo, a quinoa, o fónio (um cereal altamente nutritivo cuja procura tem crescido) e a ginguba contêm mais proteínas de alta qualidade que a maioria dos cereais, além de conseguirem crescer em ambientes mais inóspitos. Novos estudos poderiam resultar em colheitas mais produtivas e menores preços, fazendo com que produtos assim se tornem mais disponíveis em maior escala. Governos e doadores podem ajudar destinando mais recursos aos produtores locais destas e de várias outras safras órfãs.

Além disso, pesquisadores podem usar métodos convencionais para a melhoria de plantas para biofortificar as safras que dominam as dietas actuais, em particular das populações mais pobres. Biofortificação significa desenvolver culturas ricas em nutrientes por meio do cruzamento selectivo de uma variedade rica em nutrientes com variedades de rendimento maior. Isto envolve explorar os traços genéticos de milhares de variedades de plantações preservadas em bancos genéticos ou que ainda existem nos terrenos nos locais de origem.

Os ajustes à cadeia de abastecimento não deviam acabar aí, uma vez que a produção de alimentos é o principal motor da degradação ambiental e da perda da biodiversidade. A agricultura usa enormes quantidades de água doce, responde por 30% das emissões globais de gases do efeito-estufa e destrói 'habitats' naturais para abrir caminho para gado e plantações.

No entanto, o foco da pesquisa agrícola há tempos tem sido aumentar produtividade em vez da sustentabilidade, com os investimentos direccionados para o desenvolvimento de melhores sementes, animais mais resistentes a doenças e técnicas de produção mais eficientes para um pequeno número de espé-

cies de plantas e animais. Os governos encorajam esta tendência com apoio financeiro, normas reguladoras e acordos comerciais.

Porém, a corrida para produzir e entregar calorias baratas causa danos colaterais, principalmente na nutrição e no desenvolvimento local. Como a 'corrida das calorias' depende de cadeias de valor focadas em poucos produtos básicos de um número limitado de países, muitas outras nações tornam-se importadoras líquidas de alimentos. A pandemia destaca a dependência frágil e excessiva destes países em alguns poucos produtores localizados a milhares de quilómetros e reforça a necessidade de cadeias de valor menores e mais diversificadas.

O modelo actual de produção alimentar também é baseado numa estimativa de 600 milhões de dólares em subsídios anuais para fazendeiros, principalmente nas economias desenvolvidas. Tais esquemas geram oferta em excesso e preços menores, limitando assim a produção de alimentos nos países sem capacidade fiscal para apoiar os seus produtores.

Cortar este nó górdio exige uma acção decisiva em várias frentes. Precisamos de mais pesquisas sobre os produtos alimentícios que poderiam manter uma dieta mais variada e mais saudável; as economias emergentes e em desenvolvimento poderiam produzir vários destes alimentos. Os legisladores também precisam acolher sistemas de produção regenerativos que promovam biodiversidade e melhorem a qualidade do solo e da água, o que contribuiria de modo significativo para a adaptação às mudanças climáticas. Governos, órgãos internacionais e ONG devem tomar a frente na elaboração de um ambiente institucional que permita estas mudanças de amplo alcance na pauta da pesquisa agrícola.

A pandemia enfatiza a necessidade urgente de transformação da agricultura. E a reconstrução económica que virá depois dela representa uma oportunidade perfeita de oferecer nutrição e saúde melhores para todos.

Opiniões

Krá krá... Dêem cá a Efacec!



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

todos à sua volta. Preparam-se convenientemente para que nada falhe. Para que consigam apoderar-se do dinheiro, carro ou/e ou outros bens, como se de uma magia se tratasse.

No caso em concreto, o bem em causa são os 71,73% que a Winterfell 2 Limited (detida por Isabel dos Santos e a Ende) controla na Efacec. O governo português justificou a decisão com “o excepcional interesse público”, tendo em conta “a valia industrial” da Efacec, assim como “o seu conhecimento técnico e a sua excelência em áreas estratégicas para a economia” portuguesa.

Justificativa compreensível, mas não aceite, visto que os portugueses também ajudaram a criar condições para que a Efacec enfrentasse “diversas dificuldades no plano comercial

e operacional” que comprometeram a situação financeira da empresa.

O argumento das autoridades portuguesas pode servir de prova de que o assalto foi devidamente orquestrado e planeado e iniciou com a decisão das autoridades portuguesas, na sequência da solicitação das autoridades angolanas, de arrestar não apenas as contas de Isabel dos Santos, mas também as das empresas, criando condições para as tais “diversas dificuldades”.

Ou seja, as autoridades portuguesas aproveitaram-se do binómio inocência e uma espécie de obsessão por Isabel dos Santos das autoridades angolanas para receber o activo que, em 2015, aceitaram vender a investidores angolanos. Na altura, enfrentavam uma crise eco-

nómica e financeira pelo que não importava quem era o comprador. O importante era salvar a empresa e os mais de dois mil postos de trabalho. A Efacec registava naquele ano prejuízos de 20,5 milhões de euros.

Em 2016, entretanto, quebrou-se um período de três anos de prejuízos, registando-se um lucro de 4,3 milhões de euros. Resultado que mostra bem não apenas a valia do então novo investimento, como o potencial da empresa com estatuto não apenas português, mas internacional. Dados bastantes para que as autoridades angolanas encarassem o dossier com outros olhos e mentes. Mas não. Por exemplo, ao garantir que a nacionalização da empresa em nada afecta o Governo, por estar salvaguardado o interesse do Estado (provavelmente referindo-se à indemnização prevista), o Procurador-Geral da República mostra pleno desconhecimento de negócio, vantagem competitiva e mais-valia empresarial. Mostra que as autoridades ignoraram, na equação, o valor imensurável de ser accionista maioritário de uma empresa internacional e com forte potencial económico, tendo em conta a tendência

mundial de se apostar nas energias renováveis. Parece que o que conta é apenas o dinheiro na mão e nada mais. Pena!

Desde muito cedo, notou-se a intenção das autoridades portuguesas de ‘klakatcharem’ o activo. O primeiro sinal foram as informações dando conta da dívida contraída por Isabel dos Santos junto da banca portuguesa para a realização da operação. Seguiram buscas e investigações à empresária por suposto branqueamento de capitais na operação de compra da Efacec. Mas, agora, fica claro que aquela operação serviu mais e sobretudo para branquear a verdadeira intenção dos portugueses. Pena é que Angola encarava todo este movimento com levianidade, com determinada corrente a festejar a suposta desgraça de Isabel dos Santos. A actuação das autoridades portuguesas mostra que nunca ‘engoliram’ o facto de uma empresa estruturante estar sobre domínio de um simples colonizado. E atenção: desfecho semelhante pode acontecer com o Eurobic, visto que Portugal nunca engoliu a venda do BPN ao então BIC, negócio que ajudou o banco a ter a posição que tem hoje.

A decisão do governo português de nacionalizar a participação angolana na Efacec pode e deve ser comparada a um assalto, cujos executores preparam tudo ao detalhe. Estudam os movimentos, os passos e o comportamento da vítima, assim como os de



**TODA CRISE TRAZ
UMA OPORTUNIDADE.
PARA O BPC,
TROUXE VÁRIAS.**

Está a surgir um novo BPC mais sólido, ágil e moderno como você e Angola merecem.

Informações Adicionais

Para mais informações, contacte a nossa rede de agências ou:



www.bpc.ao
Call Center:
226 444 000



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 195 Partilhas 83 Likes 711

A edição 215 do Valor Económico mereceu comentários a diferentes temas de capa como o abandono da Clínica Girassol por médicos cubanos e a pretensão das casas de câmbio de venderem títulos do Tesouro, que aguarda autorização pelo regulador. O tema mais comentado foi também o de maior destaque na capa, o aumento em 23%, do número de angolanos a residir em Portugal. A edição suscitou cerca de 7 mil interações de internautas entre comentários, emoções e partilhas.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Williams Jorge As torneiras da Sonangol secaram



Lopes Manuel Manuel Aí esta o mal. Desvalorizar os quadros nacionais.



Garcia DaGraça Anjo Neutro E os milhões para os cubanos foram aonde?!



Marilú Gomes Gomes Bem feito ficava tudo entre eles Sonangol não atendia a particulares



Carlos Da Costa Dr. Eurico Moisés Lucas Saraiva casas de câmbio querem vender títulos públicos? E a Bodiva? Brincadeira só entende quem está lá, não é..



Emanuel Alexandre Livre circulação nos países da CPLP



Midus Midi Portugal, agora já não é terra do colono?



Nuh Sadiki IV Islam Midus Midi, meu Sr. Não estamos vivendo no passado? Somos todos humanos e servos de Deus. O passado fica no passado. Ou Sr. Quer que fiquemos reclamando por parte dos seus antepassados terem escravizado parte dos nossos antepassados?



Manuel Uime Midus Midi Entre os PALOPs e Portugal existe laços de sangue e de pura irmandade que nenhum preconceito poderá ofuscar, nunca!



João Tchikete Midus Midi Foram os colonos que vieram primeiro para a nossa terra. Sabes quantos anos ficaram por aqui? R: Mais de 500 anos. Tenho a certeza que os angolanos que estão a ir para Portugal, não vão ficar 150 anos.



Augusto Rei da Michá Eu acho que até é muito mais. As razões estou estampadas nos nossos rostos. Vão bem meus irmãos, e que se sintam bem aí e respeitem e fazer respeitar as leis do país onde estão a ir. Força e coragem.



WS Dias E vai aumentar mais



Victor Moniz O tal país dos racistas



Telmo Almeida Depois vêm pedir para serem repatriados



Nguinaboba Faraó Church Tuga como colonizador, já foi um azar. Agora o dinheiro de Angola sair de Portugal!?! Para piorar a sua pobreza!?! Sei que há muitos como eu: não vejo nada na tuga, Poderiam até acabar com todo tipo de contacto, dói para os governantes que levam lá dinheiro e não querem perder.



Osvaldo Dambi Vamos bumar na EFACEC



Rómulo Pegado Sim estamos aqui e só voltamos para ir votar em 2022, Portugal precisa da nossas capacidades técnicas...

Covid-19

IGNORANDO LISTA DE SEGUROS DA UE

Bélgica mantém fronteiras fechadas

A Bélgica vai manter as fronteiras fechadas aos 15 países terceiros que a União Europeia (UE) considera terem a situação da covid-19 controlada, ignorando assim a recomendação da entidade comunitária para que fossem agora retomadas as ligações interrompidas em meados de Março.

A 30 de Junho, os Estados-membros da UE concordaram reabrir as fronteiras externas a um grupo de países cuja situação epidemiológica consideram satisfatória.

Embora tenha participado nessa tomada de decisão, o governo belga decidiu não reabrir já as fronteiras nem sequer

aos 15 países que constam da lista elaborada pelo Conselho (ou 14, já que a China ficará contemplada apenas quando respeitar o princípio da reciprocidade e permitir a entrada de cidadãos comunitários).

Segundo a imprensa belga, que cita fontes governamentais, as autoridades consideram “prematura” reabrir as fronteiras aos 14 países que poderiam já ter ‘luz verde’, já que nove deles ainda se encontram “no vermelho”, em termos de situação epidemiológica, ao passo que os restantes cinco não respeitam integralmente o princípio da reciprocidade.



EM TODO O MUNDO

11 milhões de casos

A pandemia do novo coronavírus provocou, pelo menos, mais de 500 mil mortos em todo o mundo com mais de 11 milhões de casos desde o início, segundo a agência France Press, referindo-se a fontes oficiais.

Segundo o balanço mundial, foram contabilizados 11.103.630 casos confirmados do novo coronavírus, em que pelo menos 5.715.100 deles são considerados curados.

Os números, porém, alerta a France Press, refletem apenas uma fracção do total real de contaminações, dado que vários países só realizam testes em casos graves, outros como prioridade para acções de despistagem e outros ainda, os mais desfavorecidos e pobres, têm capacidade limitada de testagens.

Os Estados Unidos, que registaram o primeiro óbito associado à covid-19 no início de Fevereiro, continuam a ser o país mais afectado, quer no número de casos, quer no de mortes.

PARA HUÍLA

Portugal disponibiliza material de testagem

O governo português doou a Angola equipamentos para a testagem da covid-19, na Huíla, com capacidade para realizar 126 testes por dia e resultados em 24 horas.

A entrega simbólica do material foi feita pelo embaixador de Portugal em Angola, Pedro Pessoa e Costa, no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, ao secretário de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, Domingos da Silva Neto.

O material tem como destino a Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, na Huíla, e está composto por um aparelho de PCR-RT, que será instalado no laboratório da instituição universitária.

Na sua intervenção, o embaixador de Portugal em Angola declarou que equipamento vai permitir reforçar a capacidade laboratorial da Huíla e a resposta à pandemia, que tem já o registo de 353 casos positivos e 19 óbitos. “Este é mais um exemplo da cooperação e amizade estreita e profícua entre Portugal e Angola no domínio da investigação e saúde, disse Pedro Pessoa e Costa.

POR CAUSA DA PANDEMIA

Voos de e para Luanda limitados a 75%

Os voos de e para Luanda, que só poderão ter início quando Angola levantar a cerca sanitária nacional e provincial, estarão limitados a 75% da capacidade da aeronave e um terço da frequência habitual, determinou o Ministério dos Transportes.

Esta é uma das condições para o regresso das viagens aéreas de Angola para o estrangeiro, definidas na circular de informação aeronáutica do Instituto Nacional de Aviação Civil, citada pela Lusa.

Os voos comerciais internacionais estão proibidos desde 20 de Março para evitar a propagação da pandemia da covid-19.

O documento, datado de 3 de Julho, visa preparar a retoma gradual do sector aéreo a partir da altura em que forem levantadas as cercas sanitárias nacional e provincial de Luanda, que

vigoram, para já, até sexta-feira.

Além do limite de utilização de apenas 75% da capacidade dos aviões, enquanto for obrigatória a quarentena de passageiros provenientes do exterior, a frequência dos voos internacionais regulares será reduzida a um terço “do estabelecido nos acordos bilaterais de transporte aéreo ao abrigo dos quais as companhias foram designadas”.

A frequência só aumentará para 2/3 em função de critérios de saúde pública, nomeadamente a capacidade de monitorização dos passageiros e avaliação de risco epidemiológico dos países, que permitam a separação dos passageiros “com vista à obrigatoriedade de quarentena” para os que apresentem sintomas da covid-19.



NA ÁFRICA DO SUL, os alunos dos graus 6 e 11 regressaram às aulas, nesta segunda-feira, depois de quatro meses de confinamento. Os alunos dos graus 7 e 12 regressaram no mês passado.



DURANTE A PANDEMIA

Maduro acusa EUA de reforçar sanções

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, acusou os Estados Unidos de terem “recrudescido as sanções criminosas” e o bloqueio contra a Venezuela durante a pandemia da covid-19, mas que o país “tem resistido com sucesso às agressões”.

Nicolás Maduro acusou ainda a oposição venezuelana de estar alinhada com os Estados Unidos e apelou para que os venezuelanos quebrem as cadeias de transmissão do coronavírus que declarou estar a alastrar pelo país através das fronteiras com os países vizi-

nhos como a Colômbia e Brasil. “Estamos a enfrentar um surto da covid-19 no país, que, se comparado a outros países como o Brasil, Colômbia ou os Estados Unidos, os números continuam a ser reduzidos, mas devemos controlar esse surto e manter as comunidades saudáveis”, alertou.

Segundo Nicolás Maduro, as autoridades venezuelanas estimam que 30 mil pessoas teriam entrado no país por veredas e caminhos não oficiais ou controlados, dos quais pelo menos

três mil contagiados com coronavírus. “Temos implementado planos de segurança e prevenção. Neste momento, existem 14 mil brigadas médicas a fazer visitas casa a casa, atendendo os casos, mantendo o povo informado e insistindo em medidas de prevenção”, declarou.

Na Venezuela, estão oficialmente confirmados 7.169 casos de pessoas infectadas e 64 mortes associadas ao novo coronavírus. Estão ainda dados como recuperados 2.100 pacientes.

AUMENTO DE CASOS

Madagáscar volta ao confinamento



A capital de Madagáscar, Antananarivo, volta a estar confinada devido ao aumento de casos de covid-19, anunciou a presidência da República.

A medida deve-se “à disseminação da epidemia e ao aumento dos casos de covid-19”.

A região de Analamanga estará fechada à entrada e saída de viaturas até 20 de Julho. De acordo com o comunicado governamental, apenas uma pessoa por família tem direito a sair à rua entre as 6 e as 12 horas, ao contrário do que acontecia no anterior confinamento, em que as saídas eram permitidas até às 17 horas.

Segundo a AFP, a autoridade sanitária de Madagáscar registou centenas de casos diários de infecção nos últimos três dias, incluindo 216 no sábado, identificados em 675 pessoas testadas.

AO CONTRÁRIO DA ANEP

Encarregados de educação querem aulas apenas em Setembro

A Associação Nacional de Pais e Encarregados de Educação Amigos da Criança considera não haver condições de biossegurança para o reinício das aulas, devido à covid-19, defendendo que deve ocorrer em Setembro.

Em declarações à Lusa, o presidente da associação, Manuel Diogo, afirmou que, “em princípio, nenhuma escola em Angola tem condições de biossegurança para albergar alunos por estarem desprovidas de ‘kits’ de protecção e água potável”.

O reinício das aulas no segundo ciclo do ensino secundário está previsto para 13 de Julho e, para o primeiro ciclo do ensino primário, para 27 de Julho. Para Manuel Diogo, que discorda da anulação do ano lectivo, o reinício das aulas deve ter em conta o evoluir da pandemia no país, referindo que Setembro “seria o mês ideal” para a salvaguarda da saúde dos alunos.

Segundo defendeu, o reinício das aulas deve ser antecedido da desinfectação de todas as instituições escolares do país e testagem aos professores e funcionários das escolas, proposta que, “até ao momento, não teve aprovação das autoridades sanitárias”.

Por sua vez, a Associação Nacional do Ensino Par-

ticular (Anep) assegurou que há condições para o reinício das aulas, agendado para 13 de Julho, e que as instituições “estão a ser apetrechadas” com material de biossegurança, devido à covid-19.

“Temos condições criadas para o efeito, temos condições de biossegurança, a Anep inclusive fechou contrato com vários fornecedores e temos já produtos de protecção que estamos a mandar também para o interior do país”, afirmou à Lusa o seu presidente, António Pacavira.

Segundo responsável, o processo de munir as escolas particulares com material de biossegurança, sobretudo colégios, pelo país, está em curso, frisando que “há quem esteja com 100% de condições, outros com 90%”, mas insiste que, até dia 13, espera que estejam garantidas todas as condições.

Se isso não acontecer, esclareceu, deverá ser atrasado o arranque das aulas nas escolas sem condições.

A Anep controla mais de 1.200 filiados, no entanto a distribuição de material de biossegurança “também é extensiva aos colégios não filiados”.

As aulas no ensino geral e universitário foram suspensas a 24 Março, antes de o Presidente João Lourenço declarar estado de emergência, que decorreu entre 27 de Março e 25 de Maio.



Marcas & Estilos



Na moda há séculos

As calças jeans da Levi's são das mais versáteis que existem. Podem ser usadas para trabalhar, estudar, ir a festas ou a passeios casuais. É, diga-se de passagem, muito democrática, e combina com gostos de qualquer idade.



Imponências geométricas

Com características que agradam a mulher do estilo moderno que prefere uma nuance mais elegante, as sandálias da Anacapri têm um design geométrico imponente, que combina com peças de modelagens mais rectas, trazendo o equilíbrio necessário com o sofisticado.



AUTOMÓVEL

Sempre ao lado do tempo

O novo Volkswagen Golf dispõe de faróis novos e mais delicados, que invadem parte da carroçaria. São totalmente LED. O estilo chama a atenção. O perfil manteve os toques tradicionais, especialmente as colunas traseiras. O vinco está um pouco mais demarcado. O logótipo é novo e traz o nome abaixo. Uma letrinha E antes do TSI, que indica um modelo 1.5 turbo, híbrido leve. A alavanca de mudanças não tem conexão física com a transmissão joystick, semelhante à do Porsche 911.

AGENDA

LUANDA

ENTRE JUNHO E JULHO

A galeria Talatona Art apresenta, online, a exposição 'A Arte não pode parar' com os artistas Alcides Malayka, Álvaro Macieira, Armando Scoott, Fineza Teta, Francisco Vidal, Guilherme Mampuya, entre outros.

ATÉ 15 DE JULHO

Pré-venda exclusiva do livro 'Dezamores de Luanda', de Hélder Caculo. Reservas no 923 934 957 (WhatsApp). Os exemplares estão a ser comercializados a 3.500 kwanzas.

12 DE JULHO

'Live no Kubico' com os músicos Justino Handanga e Sabino Henda, a partir das 14 horas, na TPA1.

DE 15 A 16 DE JULHO

Workshop Online Especial Angola entre as 09h30 e as 12h30. Para se inscrever, aceda ao site www.key.pt/formacao

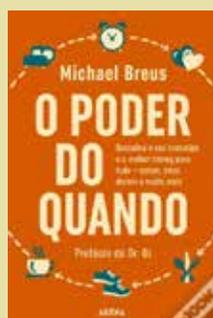
31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

LIVROS



FINANÇAS COMPORTAMENTAIS, quando a Economia encontra a Psicologia, de Júlio Lobão, utiliza conceitos da Psicologia para compreender as decisões financeiras dos indivíduos.



EM O PODER DO QUANDO, de Michael Breus, Michael Breus prova que trabalhar com o relógio interno do corpo para obter o máximo de saúde, felicidade e produtividade é fácil, emocionante e divertido.



TURISMO

Nada de parcimónia

Zurique, na Suíça, é sede de 110 bancos cuja mão-de-obra muito bem remunerada faz com que a renda média no município atinja os mais de 5.000 dólares. Na saída da Hauptbahnhof, linda estação central, depara-se com a Bahnhofstrasse, rua de compras entre as mais sofisticadas do mundo, com destaque para as vitrinas polvilhadas de relógios. Mas, se não é um inconfesso proprietário de uma conta robusta, apela-se para alguma prudência.

Zurique exibe sinais de civilidade que a tornam inteira uma atracção. Com vista para o Limmat, o elegante Terrasse serve pratos mediterrâneos e óptima carta de vinhos. O Gertrudhof é especialista em Cordon Bleu, filete de porco empanado, recheado com presunto e queijo.

ATRAVÉS DE PONTOS DE CONSERVAÇÃO

Governo aposta na protecção de hipopótamos

ECOSSISTEMA. Responsável assegura que foram já identificados vários lugares aonde ocorrem os mamíferos de grande porte e considera importante a participação activa de todos na gestão dos resíduos sólidos, para a preservação do meio ambiente.

O Governante garante trabalhar, ainda este ano, para que possam ser criados pontos de preservação de várias espécies, sobretudo de hipopótamos, ao longo da bacia do rio Keve, com vista à preservação do ecossistema.

Segundo o director do gabinete provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários do Huambo, César Paquise, neste momento, estão em estudo e foram já identificados vários lugares aonde ocorrem

esses mamíferos de grande porte. “Já identificámos os pontos para onde se dirigem estas espécies, a dimensão da população que aparecem nestas zonas, os conflitos que geram como resultado da relação entre homens e animais”, explicou.

A efectivação de zonas de conservação destes ecossistemas, explicou o responsável, é uma das ambições que o sector do Ambiente pretende atingir até, pelo menos, Novembro deste ano, apesar das restrições impostas pela pandemia da covid-19.

César Paquise avançou igualmente que, devido ao contexto, as actividades da institui-

Pressão sobre florestas

O abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão, lenha e outros derivados preocupa as autoridades ambientais, dado o impacto no ecossistema, sobretudo nesta época em que se exerce uma grande pressão sobre as florestas.

A grande preocupação tem sido a devastação das florestas para a construção de infra-estruturas, criação de áreas de cultivos, além de exploração de madeira, práticas que, associadas às queimadas anárquicas, poderão levar à diminuição da cobertura vegetal que interfere no círculo hidrológico, assim como na qualidade do ar, disponibilidade de alimentos, na segurança alimentar e bem-estar social. “Temos de olhar para as florestas como o único recurso e fonte de vida, daí a necessidade de não se lançar fogo, sendo que as árvores devem ser cortadas apenas quando necessário, saber o que cortar, como cortar e quando cortar”, aconselha César Paquise.

ção estão viradas, sobretudo, para a sensibilização da população e as instituições hospitalares sobre a gestão e preservação dos resíduos para o bem comum.

Relativamente às unidades hospitalares, o responsável apelou para a necessidade de estas tratarem e depositarem adequadamente os resíduos, evitando assim que sejam misturados como os restos domésticos e urbanos. “Tem sido frequente encontrar ainda algumas unidades sanitárias que não fazem a gestão de resíduo de forma adequada e, sobre estas, temos estado a actuar, sendo que as sanções para estas práticas são graves”, constatou.

Hipopótamos passam a maior parte do dia dentro da água ou na lama para manter a temperatura do corpo baixa e para não deixar a pele ficar seca.



SIBÉRIA ANORMAL

Junho registou temperaturas recordes

Junho foi o mês mais quente em todo o mundo e os termómetros subiram para valores anormais na Sibéria, indicou o serviço europeu Copernicus sobre as alterações climáticas. “Junho de 2020 foi Junho mais quente desde que se começaram a registar dados, com um aumento de 0,53°C acima da média verificada no período 1981-2010”, indica o organismo, que já tinha notado uma subida das temperaturas em Maio.

Além dos valores globais é o “calor excepcional” na Sibéria ártica que retém a atenção do serviço europeu. Na região russa, a temperatura média alcançou uma subida de 10° C, mais do que os valores sazonais que se costumam verificar em Junho.

Segundo a Copernicus, o dia 20 Junho – com 37°C – na Sibéria atingiu um recorde naquela zona. No mesmo dia, na cidade russa de Verkhoyansk foi notado um pico de 38°C, que os analistas apontam como um recorde, um fenómeno que está a ser estudado pela Organização Meteorológica Mundial.

Devido ao aquecimento global o planeta registou um aumento de 01° C em relação à era pré-industrial (século 19) provocando uma série de fenómenos ambientais e meteorológicos extremos.



NÚMEROS DA SEMANA

80

Milhões de Kwanzas. Dívida acumulada pelos clientes da empresa de Águas e Saneamento do Moxico desde o início do processo de pagamento, segundo o presidente do conselho de administração, Eurico Jorge.

13,5

Quantidade de toneladas de raiz e tubérculos que Angola poderá produzir até 2022, segundo o ministro da Agricultura e Pescas, Francisco de Assis.

1250

Toneladas de pescado apreendidas num navio pesqueiro de fabrico russo, em Benguela, infringindo a época permitida de captura.

24,9

Mil milhões de kwanzas, valor que a AGT prevê arrecadar no leilão online de 160 lotes de mercadorias diversas armazenadas no centro logístico e aduaneiro, em Luanda.

REPRESENTA POR DAVES E MASSANO

Angola no Fórum de Paris

Vera Daves, ministra das Finanças, participa nesta quarta-feira, 8, com o governador do BNA, José de Lima Massano, na reunião ministerial de alto nível de Iniciativa do Fórum de Paris e da presidência saudita do G20, que discute o tema 'Enfrentar a crise causada pela covid-19, restaurar fluxos sustentáveis de capital e financiamento para o desenvolvimento'.

O evento será realizado em videoconferência e nele participarão ministros das finanças e governadores dos bancos centrais, além de altas entidades de instituições financeiras internacionais. Integram ainda a lista executivos de instituições financeiras privadas e representantes de prestigiados think tanks e da academia.

Os resultados desta conferência servirão para 'alimentar' a reflexão internacional em curso à volta do rumo da economia mundial e, em particular, a reunião dos ministros das finanças e governadores dos bancos centrais do G20, a ter lugar ainda no decurso deste mês de Julho.

O encontro acontece numa altura em que Angola teve de rever o OGE de 2020, com base no preço do barril de petróleo a 33 dólares contra os 55 anteriores.

A proposta, já entregue à Assembleia Nacional, prevê receitas estimadas em 13,58 biliões de kwanzas e despesas de igual montante para o mesmo período.



NOVA SÉRIE

Kwanza ganha mais dois anos de vida

O Banco Nacional de Angola (BNA) apresenta nesta terça-feira, a 'série 2020' do Kwanza numa altura em que a moeda nacional sofre uma 'derrapagem' de 16% e 17,2%, respectivamente, face ao dólar e euro, desde o início do ano. A manutenção das notas custará 30 milhões de dólares a cada quatro anos, contra os dois das cédulas em circulação, de acordo com o banco central.

O BNA garante que "as novas cédulas serão mais seguras, com características que dificultam a sua falsificação" e "terão substratos de polímero (plástico) que as tornarão mais resistentes e com maior durabi-

lidade do que as de papel, em circulação".

Aprovadas pela Assembleia Nacional em Janeiro, as notas, com valor facial de 200, 500, 1000, 2000, 5000 e 10000 kwanzas, trazem apenas a esfinge do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, tendo sido retirada a de José Eduardo dos Santos. Também foram ilustradas com as maravilhas naturais do país. Na nota de 200, figuram as Pedras Negras de Pungo a Ndongo (Malanje); na de 500 a Fenda da Tundavala (Huíla); na de 1.000 a cordilheira do Planalto Central (Huambo); na de 2.000 a Serra da Leba (Huíla); na de 5.000 as ruínas da Catedral de São Salvador do Congo (Zaire) e na de 10.000 as Grutas do Zenzo (Uige).

Governo no negócio da carne

A administração do Lobito (Benguela) quer entrar no 'negócio da carne' com a construção do primeiro matadouro na periferia da cidade portuária. Maria Francisco, directora da repartição municipal da Agricultura e Pescas, revelou à Angop que a infraestrutura será instalada na Zona Alta, para que os criadores de gado e proprietários de talhos melhorem os métodos de abate. O custo do projecto e a capacidade de abate não foram revelados.

Maria Francisco lembrou que "no passado, o Lobito já tinha um matadouro (privado) no bairro Alto Esperança, em avançado estado de degradação". Para a responsável,

"agora abrem-se boas perspectivas para a concretização deste projecto, que só não saiu do papel ainda devido a limitações financeiras".

